

# CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA - CIEE

## DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM SÃO PAULO

### Caderno de Questões NÍVEL SUPERIOR - DIREITO

Data: 04/08/2019 - Horário: Das 09:00 às 13:00  
Número de questões: 40 (quarenta) e 1 questão dissertativa

#### LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

1. Verifique se este Caderno de Questões corresponde com o nível que você está matriculado, caso não seja, solicite a substituição para o fiscal da sala.
2. Não haverá substituição da Folha de Respostas, em caso de rasura a resposta será anulada. Preencher a folha pintando toda a bolinha, conforme exemplo: 
3. Cada candidato receberá um Caderno de Questões (Objetiva), uma Folha de Respostas com seu nome e CPF para transcrever as respostas da prova (confira se os seus dados estão corretos), e Caderno de Questão Dissertativa/Folha de Resposta Definitiva da Questão Dissertativa.
4. As Folhas de Respostas não serão substituídas em qualquer hipótese, devendo o candidato tomar o devido cuidado no seu manuseio e preenchimento.
5. Na correção da Folha de Resposta Objetiva, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas ou que contiverem mais de uma alternativa marcada ou emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.
6. A prova dissertativa será de caráter eliminatório e classificatório e consistirá de no mínimo vinte linhas e no máximo trinta linhas.
7. A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas com permanência mínima de 1 (uma) hora, o candidato poderá levar o caderno de questões objetiva e folha de rascunho dissertativa.
8. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os estudantes ou a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *palmtop*, *notebook*, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo *databank*, gravador, *pager*, etc.), livros, anotações ou qualquer outro tipo de objeto ou material semelhante.
9. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo o candidato que, durante a realização da prova:
  - a) Usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
  - b) utilizar qualquer meio de consulta, como livros ou anotações, incluindo telefones celulares ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos;
  - c) retirar-se da sala antes do prazo;
  - d) ausentar-se do recinto da prova, a não ser momentaneamente, em casos especiais e desde que na companhia do fiscal da prova;
  - e) fizer anotação de informação relativa às suas respostas em qualquer meio que não os permitidos;
  - f) recusar-se a entregar o Cartão de Respostas e Folha de Respostas Definitiva da Questão Dissertativa ao término do tempo destinado à sua realização;
  - g) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o Cartão de Respostas ou Folha de Resposta Definitiva da Questão Dissertativa.
10. O gabarito preliminar será divulgado no site do CIEE no dia 05/08/2019.
11. Os recursos referentes às questões aplicadas na prova e respectivas respostas corretas publicadas em gabarito preliminar, só serão aceitos no dia 06/08/2019, e deverão ser enviados no e-mail [selecaodousp@ciee.org.br](mailto:selecaodousp@ciee.org.br), conforme formulário, disponível no site do CIEE na internet ([www.ciee.org.br](http://www.ciee.org.br)), no *link* do processo seletivo.
12. Se do exame dos recursos resultarem anulação de questão, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
13. Serão elaboradas 3 listas de classificação, divididas por, pessoa com deficiência, específica dos estudantes negros e lista geral.
14. Não será fornecido ao estudante comprovante de classificação no processo seletivo, valendo, para esse fim, as listas de classificação divulgadas no site do CIEE na internet.
15. A classificação definitiva será divulgada no dia 15/10/2019, no site do CIEE na internet.
16. O prazo de validade do Edital é de um ano, a contar da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado a critério da DPU.
17. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a este processo seletivo, os quais serão afixados no site do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE [www.ciee.org.br](http://www.ciee.org.br), devendo manter atualizados seus dados cadastrais junto a esta instituição.
18. A participação no processo seletivo implica na concordância com todas as normas e condições contidas no Edital de Seleção e respectivo Termo Aditivo.

**Boa Sorte!**

## DIREITO CONSTITUCIONAL

1. São classificações da Constituição Federal de 1988, EXCETO:

- (A) Material.
- (B) Dogmática.
- (C) Promulgada.
- (D) Analítica.

2. No que se refere à aplicabilidade das normas constitucionais, observe as seguintes afirmativas.

- I. O artigo 2º da Constituição Federal de 1988, “são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”, é um exemplo de norma constitucional de eficácia relativa.
- II. O artigo 5º, XIII, da Constituição Federal de 1988, “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”, é um exemplo de norma constitucional de eficácia limitada.
- III. O artigo 5º, VIII, da Constituição Federal de 1988, “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei”, é um exemplo de norma constitucional de eficácia contida.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.

3. A respeito da organização político-administrativa do Estado, analise as seguintes proposições.

- I. A transformação de um Território Federal em Estado será regulada em lei complementar.
- II. A fusão de Municípios será feita por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos,

após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

- III. Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário.
- IV. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
- V. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre trânsito e transporte.

Estão **CORRETAS**:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) III e V, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, II, III, IV e V.

4. Quanto ao que são direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- (B) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (C) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- (D) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.

5. Acerca dos direitos e deveres individuais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, a qualquer momento, por determinação judicial.
- (B) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- (C) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário prévia indenização, independente de eventuais danos.

- (D) As entidades associativas, independente de autorização, têm legitimidade para representar seus filiados apenas na esfera judicial.

### DIREITO CIVIL

6. Observe as seguintes afirmativas a respeito da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro:
- As regras sobre o começo e o fim da personalidade são determinadas pela lei do país em que domiciliada a pessoa.
  - Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do país pelo qual eles optarem.
  - O penhor regula-se pela lei do domicílio do proprietário da coisa empenhada.
  - Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que estiverem situados.
  - Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem.

Estão CORRETAS apenas:

- (A) II e III.  
(B) I, III e IV.  
(C) I, IV e V  
(D) II, IV e V.

7. Acerca da ausência, disciplinada no Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**.
- (A) Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrá-lhe os bens, o juiz, somente a requerimento do Ministério Público, declarará a ausência, e nomear-lhe-á curador.
- (B) Decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.
- (C) O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de dez anos antes da

declaração da ausência, será o seu legítimo curador.

- (D) A sucessão definitiva pode ser requerida, também, provando-se que o ausente conta setenta anos de idade, e que de cinco datam as últimas notícias dele.

8. No que tange ao negócio jurídico, assinale a alternativa **CORRETA**.
- (A) Os poderes de representação são conferidos somente pelo interessado.
- (B) Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo.
- (C) O silêncio sempre importará a anuência.
- (D) O termo inicial suspende o exercício e a aquisição do direito.

9. Quanto às disposições gerais dos contratos, observe as seguintes afirmativas.
- É vedado às partes estipular contratos atípicos.
  - Na estipulação em favor de terceiro, o estipulante pode reservar-se o direito de substituir o terceiro designado no contrato, independentemente da sua anuência e da do outro contratante.
  - O contrato preliminar deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado, inclusive quanto à forma.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- (A) I, apenas.  
(B) II, apenas.  
(C) II e III, apenas.  
(D) I, II e III.

### DIREITO PENAL

10. Sobre a aplicação da lei penal, analise as proposições abaixo e, considerando V para verdadeiro e F para falso, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.
- ( ) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, mas não àqueles decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- ( ) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, ainda

que seja outro o local onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

- ( ) Os crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União ficam sujeitos à lei brasileira, ainda que cometidos no exterior, sendo o agente, nesse caso, punido segundo a lei brasileira, mesmo que absolvido ou condenado no estrangeiro.
- ( ) A pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas.

- (A) F / F / V / F  
(B) V / V / V / V  
(C) V / V / F / F  
(D) F / F / F / V

11. Quanto ao crime, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, não responde pelos atos já praticados.
- (B) **Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente.**
- (C) O erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, deverá diminuir a pena pela metade.
- (D) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime não exclui o dolo.

12. No que diz respeito às penas, analise as seguintes afirmativas.

- I. A pena de detenção deverá ser cumprida sempre em regime semiaberto ou aberto, inexistindo a possibilidade de cumprimento a regime fechado.
- II. No regime aberto, o condenado deverá, fora do estabelecimento e sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga.
- III. A perda de bens e valores e o pagamento de multa constituem penas restritivas de direitos.
- IV. A limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanecer, aos sábados e domingos, por oito horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.

V. Uma circunstância que sempre atenua a pena é ser o agente menor de vinte e um, na data do fato, ou maior de setenta anos, na data da sentença.

Estão **CORRETAS** apenas:

- (A) I, II e IV.  
(B) III e IV.  
(C) **II e V.**  
(D) I, III e V.

13. No que tange à prescrição, causa de extinção da punibilidade, antes de transitar em julgado a sentença final, assinale a alternativa **INCORRETA** quanto ao prazo.

- (A) Ocorre em 20 anos, se o máximo da pena é superior a doze.
- (B) **Ocorre em 14 anos, se o máximo da pena é superior a oito anos e não excede a doze.**
- (C) Ocorre em 08 anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro.
- (D) Ocorre em 03 anos, se o máximo da pena é inferior a um ano.

### **TEORIA GERAL DO PROCESSO**

14. A possibilidade de inversão do ônus da prova em uma lide consumerista, por exemplo, demonstra que o princípio \_\_\_\_\_ não é absoluto.

Assinale a alternativa que preenche **CORRETAMENTE** a lacuna acima.

- (A) da ampla defesa  
(B) do contraditório  
(C) **da isonomia**  
(D) da disponibilidade

15. São princípios inerentes à jurisdição, **EXCETO**:

- (A) **Oralidade.**  
(B) Investidura.  
(C) Aderência ao território.  
(D) Indelegabilidade.

16. Quanto aos elementos da ação, verifique as seguintes afirmativas.

- I. As partes no processo são autor, juiz e réu.
- II. O pedido mediato é o bem ou interesse que se pretende ver tutelado pela sentença.

III. A causa de pedir próxima corresponde ao fato constitutivo do direito.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.

IV. O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

Estão **CORRETAS**:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) II, e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

### PROCESSO PENAL

17. Acerca do Inquérito Policial, analise as seguintes afirmativas.

- I. O inquérito deverá terminar no prazo de quinze dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente.
- II. O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- III. A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- IV. Ao fazer a remessa dos autos do inquérito ao juiz competente, a autoridade policial oficiará ao Instituto de Identificação e Estatística, ou repartição congênere, mencionando o juízo a que tiverem sido distribuídos, e os dados relativos à infração penal e à pessoa do indiciado.

Estão **CORRETAS**:

- (A) I e IV, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

18. No que tange à ação penal, analise as seguintes proposições.

- I. A ação penal, nas contravenções, será iniciada exclusivamente com o auto de prisão em flagrante.
- II. Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.
- III. No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará somente ao cônjuge ou companheiro, ascendente ou descendente.

19. A respeito da prisão em flagrante, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Somente autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- (B) Considera-se em flagrante delito apenas aquele que está cometendo a infração penal ou que acaba de cometê-la.
- (C) A falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante.
- (D) Em até 48 horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante.

20. Quanto às citações e intimações no processo penal, observe as seguintes afirmativas.

- I. O mandado de citação deverá indicar, entre outros itens, o nome do réu, ou, se for desconhecido, os seus sinais característicos.
- II. O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.
- III. A intimação do Ministério Público e do defensor nomeado será pessoal.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e III.

### DIREITO PREVIDENCIÁRIO

21. Assinale a alternativa **CORRETA** quanto ao período de graça, no qual há manutenção da qualidade de segurado, independentemente de contribuições.

- (A) Até 6 meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.
- (B) Até 9 meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.
- (C) Até 3 meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.
- (D) Até 12 meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.

22. Quanto à seguridade social, observe as seguintes afirmativas.

- I. Um dos princípios das atividades de saúde é o atendimento integral, com prioridade para as atividades curativas de emergência.
- II. A assistência social é a política social que provê o atendimento das necessidades básicas traduzidas em proteção à família, à maternidade, às populações indígenas, à infância, à adolescência, à velhice, à pessoa portadora de deficiência e aos desempregados em geral.
- III. Um dos princípios que rege a organização da Previdência Social é a existência da previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- (A) I e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.

23. Quanto aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, analise as seguintes proposições.

- I. O exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social, é segurado obrigatório da Previdência Social como empregado.
- II. É segurado obrigatório da Previdência Social, como empregado doméstico, aquele que presta serviço de natureza contínua ou eventual a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades com fins lucrativos.
- III. Aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação

de emprego, é segurado obrigatório da Previdência Social como contribuinte individual.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.

24. Acerca da aposentadoria por invalidez, observe as seguintes afirmativas.

- I. A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.
- II. Durante o primeiro mês de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o salário.
- III. O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25%.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e III.

25. Assinale a alternativa **CORRETA** a respeito do benefício de prestação continuada.

- (A) Corresponde à garantia de meio salário-mínimo à pessoa com deficiência ou idoso com 70 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- (B) Para a percepção do benefício, considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a meio salário-mínimo.
- (C) A condição de acolhimento em instituições de longa permanência impede o direito do idoso ou da pessoa com deficiência de receber o benefício de prestação continuada.
- (D) O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada dois anos para

## PROCESSO CIVIL

26. Em relação à capacidade processual, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Em ação fundada em dívida contraída por um dos cônjuges a bem da família, será citado apenas aquele que contraiu a dívida.
- (B) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, ainda que casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- (C) O gerente de filial ou agência presume-se autorizado pela pessoa jurídica estrangeira a receber citação para qualquer processo.
- (D) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz designará prazo razoável para que seja sanado o vício, sem que haja necessidade de suspender o processo.

27. Quanto aos impedimentos e suspeição, analise as seguintes proposições.

- I. Quando qualquer das partes for credora ou devedora do juiz, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive, haverá impedimento.
- II. Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, devendo declarar suas razões.
- III. Aplicam-se os motivos de impedimento e de suspeição aos auxiliares da justiça.
- IV. Será ilegítima a alegação de suspeição quando houver sido provocada por quem a alega.

Estão **CORRETAS**:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

28. No que diz respeito aos atos do juiz, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico.
- (B) O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe permitido, porém, conhecer de questões não suscitadas, ainda que a respeito delas a lei exija iniciativa da parte.
- (C) Ao juiz, em qualquer situação, é vedado decidir por equidade.
- (D) Cabe ao juiz promover, apenas no início da lide, a autocomposição.

29. Quanto aos atos dos auxiliares da justiça, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria fornecer certidão de qualquer ato ou termo do processo, mediante despacho, observadas as disposições referentes ao segredo de justiça.
- (B) O perito tem o dever de cumprir o ofício no prazo que lhe designar o juiz, empregando toda sua diligência, podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo, devendo a escusa ser apresentada no prazo de cinco dias, contados da intimação, da suspeição ou do impedimento supervenientes.
- (C) O depositário ou o administrador responde pelos prejuízos que, por dolo ou culpa, causar à parte, não perdendo, porém, a remuneração que lhe foi arbitrada.
- (D) O conciliador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.

30. No que tange aos prazos, disciplinados no Código de Processo Civil, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 90 dias.
- (B) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de dez dias

o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

- (C) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa.
- (D) Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

31. Acerca dos atos administrativos, observe as seguintes proposições.

- I. Um particular, ainda que esteja investido de prerrogativas estatais, não pode praticar atos administrativos.
- II. O ato administrativo produz efeitos jurídicos imediatos.
- III. Os atos administrativos não estão sujeitos ao controle do Poder Judiciário.
- IV. São atributos do ato administrativo a presunção de legitimidade, a autoexecutoriedade, tipicidade e imperatividade.

Estão **CORRETAS**:

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

32. O princípio da \_\_\_\_\_ impõe ao agente público que atue, revelando o melhor desempenho possível de suas atribuições, bem como à administração que se organize, estruture e discipline de forma racional com vistas ao alcance dos melhores resultados na prestação do serviço público.

Assinale a alternativa que apresenta o princípio que completa corretamente a lacuna acima.

- (A) supremacia do interesse público
- (B) economicidade
- (C) eficiência
- (D) continuidade do serviço público

33. A respeito da organização administrativa, analise as proposições abaixo e, considerando V para verdadeiro e F para falso, assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**.

- ( ) A principal diferença entre entidades e órgãos públicos é que estes possuem personalidade jurídica enquanto aquelas não possuem.
- ( ) O que caracteriza a centralização na Administração Pública é o desempenho direto das atividades públicas pelo Estado.
- ( ) A descentralização administrativa por colaboração ocorre quando uma entidade política, mediante lei, cria uma pessoa jurídica de direito público ou privado, atribuindo-lhe a titularidade e a execução de certo serviço público.
- ( ) Na descentralização administrativa não há relação de hierarquia, porém na desconcentração há hierarquia entre os órgãos resultantes.

- (A) F / V / F / V
- (B) F / F / F / V
- (C) V / V / F / F
- (D) V / F / V / F

34. No que tange às entidades da administração indireta, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) As autarquias são criadas para o desempenho de atividades de utilidade pública.
- (B) Quanto ao nível federativo, as autarquias podem ser federais e estaduais, mas não municipais.
- (C) É característica essencial das fundações públicas a ausência de fins lucrativos.
- (D) Nas empresas públicas o capital é formado pela conjugação de recursos públicos e privados.

35. O poder \_\_\_\_\_ confere ao administrador público, na prática de atos administrativos, dentro dos parâmetros legais, a possibilidade de se pautar em seu juízo de conveniência e oportunidade.

Assinale a alternativa que preenche **CORRETAMENTE** a lacuna acima.

- (A) regulamentar
- (B) vinculado
- (C) hierárquico
- (D) discricionário

## DEFENSORIA PÚBLICA

36. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um objetivo da Defensoria Pública, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 80/94.

- (A) A valorização da independência funcional.
- (B) A afirmação do Estado Democrático de Direito.
- (C) A garantia do princípio constitucional da inafastabilidade da tutela jurisdicional.
- (D) A prestação da orientação jurídica e o exercício da defesa dos necessitados, em todos os graus.

37. São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, previstos na Lei Complementar nº 80/94, **EXCETO**:

- (A) o direito de ter sua pretensão revista no caso de recusa de atuação pelo Defensor Público.
- (B) o direito de reunir-se quinzenalmente com o defensor que lhe for designado para obter informações atualizadas quanto ao andamento de seu processo.
- (C) a atuação de Defensores Públicos distintos, quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre destinatários de suas funções.
- (D) a informação sobre localização e horário de funcionamento dos órgãos da Defensoria Pública.

38. Assinale a alternativa que apresenta **CORRETAMENTE** uma prerrogativa dos membros da Defensoria Pública da União.

- (A) Desempenhar suas atribuições com independência funcional.
- (B) Ser estável na carreira.
- (C) Usar vestes talares e as insígnias privativas da Defensoria Pública.
- (D) Deixar de patrocinar ação, por motivos pessoais, desde que comunique o fato ao Defensor Público-Geral, com as razões de seu proceder.

39. Quanto à estrutura da Defensoria Pública da União, observe as seguintes afirmativas.

- I. A Subdefensoria Público-Geral da União é um órgão de atuação.
- II. Os Núcleos da Defensoria Pública da União são órgãos de execução.

III. A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública da União é um órgão de administração superior.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- (A) III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.

40. No que tange à responsabilidade funcional dos membros da Defensoria Pública, observe as seguintes proposições.

- I. A atividade funcional dos membros da Defensoria Pública da União está sujeita à correção ordinária, realizada semestralmente pelo Corregedor-Geral e por seus auxiliares, para verificar a regularidade e eficiência dos serviços, e à correção extraordinária, realizada apenas de ofício pelo Corregedor-Geral e por seus auxiliares.
- II. Qualquer pessoa pode representar ao Corregedor-Geral sobre os abusos, erros ou omissões dos membros da Defensoria Pública da União.
- III. A sanção de suspensão por até noventa dias será aplicada em caso de reincidência em falta punida com advertência ou quando a infração dos deveres ou das proibições funcionais, pela sua gravidade, justificar a sua imposição.
- IV. As penas de demissão, cassação da aposentadoria e remoção compulsória serão aplicadas pelo Presidente da República e as demais pelo Defensor Público-Geral.

Está(ão) correta(s) apenas:

- (A) I e IV.
- (B) I e III.
- (C) IV.
- (D) II e III.